

# Auto etnografia negra feminista: uma experiência educativa de pensadoras negras



Volumen 7 N.º 50  
enero - junio de 2021  
ISSN: 0122-4328  
ISSN-E: 2619-6069  
pp. 103-114

Black Feminist  
Autoethnography:  
An Educative  
Experience of Black  
Female Thinkers

Autoetnografía  
negra feminista:  
una experiencia  
educativa de  
pensadoras negras

Joselina Da Silva\*

Fabírcia Do Nascimento Silva de Oliveira\*\*

Fecha de recepción: 30-09-20

Fecha de aprobación: 23-05-21

## PARA CITAR ESTE ARTÍCULO

Da Silva, J. y Do Nascimento Silva de Oliveira, F. (2021). Auto etnografia negra feminista: uma experiência educativa de pensadoras negras. *Nodos y Nudos*, 7(50). <https://doi.org/10.17227/nyn.vol7.num50-12572>



- \* Doctora universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Ciências Sociais Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) 2005. [joselinajo@yahoo.com.br](mailto:joselinajo@yahoo.com.br)  
Orcid: [orcid.org/0000-0002-5159-9055](https://orcid.org/0000-0002-5159-9055)
- \*\* Master Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestra em Educação — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) 2019. [fabriciansilva@yahoo.com.br](mailto:fabriciansilva@yahoo.com.br)  
Orcid: [orcid.org/0000-0002-3496-9106](https://orcid.org/0000-0002-3496-9106)



Volumen 7 N.º 50  
 enero - junio de 2021  
 ISSN: 0122-4328  
 ISSN-E: 2619-6069  
 pp. 103-114

## RESUMO

Este artigo —elaborado através da metodologia da autoetnografia negra feminista— apresenta uma retrospectiva de reflexões produzidas por mulheres negras brasileiras, latino americanas e estadunidenses, em diferentes tempos sócio históricos. Seu objetivo é enriquecer as referenciais teóricos na área dos estudos de gênero, relações raciais e nas lutas antirracista e anti sexista, para a formação docente. Assim, dialogamos sobre uma experiência pedagógica — na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) — como estratégia acadêmica de preparação de um curso baseado num currículo afrocentrado, onde africanos (as) em África e na diáspora, sejam apresentados (as) como construtores(as) de sua própria história. Por fim, refletimos sobre o processo de organização do livro *O Pensamento de/por Mulheres Negras*, passando por sua elaboração inicial como um curso de extensão — com a participação de oito professoras doutoras negras — e de como o mesmo ganhou espaço nos meios televisivos.

**Palavras chaves:** autoetnografia; feminismo negro; pensadoras negras; doutoras negras; currículo afrocentrado

## ABSTRACT

This text presents some reflections produced by black Brazilian, Latin American, and American women, in different socio-historical times, following a black feminist autoethnography methodology. Our purpose is to contribute to the theoretical references in fields like gender studies, race relations, and antiracist and antisexist struggles for teacher training. We talk about a pedagogical experience in the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ufrrj) as an academic strategy for preparing a course based on an Afro-centered curriculum, where Africans in Africa and the diaspora are presented as builders of their history. We reflect on the organization process of the book *The Thought of/by Black Women* (*O Pensamento de/por Mulheres Negras*) going through its initial elaboration as an extension course —with the collaboration of eight black Ph.D. professors— and how it won the television media.

**Keywords:** autoethnography; black feminism; black female thinkers; black females doctors; Afro-centered curriculum

## RESUMEN

Este artículo —elaborado a partir de la metodología autoetnográfica negra y feminista— presenta una retrospectiva de reflexiones producidas por mujeres negras brasileñas, latinoamericanas y estadounidenses en diferentes tiempos sociohistóricos. Su objetivo es enriquecer las referencias teóricas en el área de los estudios sobre género, relaciones raciales, luchas antirracistas y antisexistas en la formación docente. Así pues, dialogamos sobre una experiencia pedagógica en la Universidad Federal Rural (UFRRJ) con el objetivo de diseñar estrategias académicas para organizar un curso basado en un currículo afrocentrado, en el que africanos y africanas en África y en la diáspora, sean presentados y presentadas como los constructores y las constructoras de su propia historia. Finalmente, reflexionamos sobre el proceso de organización del libro *El pensamiento de/por mujeres negras* desde su elaboración inicial como curso de extensión —en el que participaron ocho profesoras doctoras negras— hasta el momento en que ganó espacio en los medios televisivos.

**Palabras clave:** autoetnografía; feminismo negro; pensadoras negras; doctoras negras; currículo afro-centrado

## Introdução

Precisamos saber mais, escrever mais e ouvir mais as vozes de quem usualmente está à margem. Para aquelas de nós que estamos desafiando os cânones convencionais, necessitamos novas formas de escrita que posicionem nossos conhecimentos acima das visões conservadoras de autobiografia e memoriais, bem como seus preconceitos. Para nós, autoetnografia contém em si, esta promessa. Uma vez que nossas histórias como mulheres negras, não são apenas sobre nossas vidas, mas são experienciadas individual e coletivamente.  
<http://irmamcclaurin.com/black-feminist-auto-ethnography-that-makes-you-want-to-cry/>

Sábado, cinco de setembro de 2020, fui surpreendida com a informação de que um dos livros que organizei havia sido parte de uma imagem de fundo numa extensa reportagem num dos programas de maior audiência da televisão brasileira, o Caldeirão do Huck.<sup>1</sup> Trata-se de uma diversão que entre outras estratégias midiáticas, utiliza o que Kneipp e Moraes (2019) chamam de *tele-solidariedade*,<sup>2</sup> onde os cenários e os discursos se voltam para sensibilizar o grande público e as instituições, privadas, em sua maioria. Buscam apoiar pessoas e grupos socialmente vulneráveis. São, portanto, potentes estratégias de preenchimento de lacunas deixadas pelo estado, em suas ausências de políticas sociais e que, ao mesmo tempo, se cobrem sob a capa do entretenimento. Os apoios – do referido show televisivo – vão desde montagem de academias em bairros populares, reformas de espaços para sedes de organizações sociais, sorteios de bolsas de estudos e até ajuda para encontrar familiares desaparecidos, em países estrangeiros. Logo, um

cardápio de variedades amplo e sempre de grande apelo popular, nas tardes de sábado. Assistencialismo passa a ser a palavra chave. Num cenário brasileiro, em que numa pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2016,<sup>3</sup> cerca de oitenta por cento das casas têm televisão, podemos ter ideia aproximada do alcance deste tipo de show de fins de semana.

Assim, na data aqui narrada, assisti à uma senhora negra – autodenominada Maria Chocolate – que faz um trabalho social na comunidade Parque Pessoa, no Bairro Saracuruna, em Duque de Caxias, uma das cidades periféricas da capital do Estado do Rio de Janeiro. Sua atividade consiste – entre outras – em dar apoio assistencial às mães de crianças especiais, distribuir alimentos, além de propiciar rodas de poesias, leituras e contações de histórias para as crianças de seu bairro. As imagens não deixam dúvidas que se trata de um grupo de pessoas iminentemente negras e desassistidas de seus direitos de cidadania, no tocante à saúde, alimentação, saneamento, habitação, bens culturais e lazer. Para ficar no que é mais facilmente identificável pela transmissão do show televisivo.

Dona Maria Chocolate havia solicitado, ao Programa do Luciano Huck, uma biblioteca de livros para seu trabalho social. Contatadas várias editoras que trabalham com livros sobre a temática racial negra – entre elas a Nandyala, com quem tenho publicado – a equipe do show televisivo fez chegar três mil livros para compor o referido acervo. Dentre as obras entregues, estava uma organizada, por mim: o livro intitulado *O pensamento de / por mulheres negras*. Um dos impactos, produzidos em mim, pelo programa foi o fato da cidade, para onde foram encaminhados os livros ser exatamente, Duque de Caxias, onde nasci e vivi, até a idade adulta. Ali estava eu, vendo um produto pelo qual eu havia sido responsável por existir, retornando à cidade sem a qual eu não existiria. Antes de ser professora pós doutora negra, sou filha daquele município, onde sigo tendo fortes vínculos familiares e religiosos, pois sou uma mulher que pratica a religião da tradição dos Orixás.

1 Ver relatório em <https://globoplay.globo.com/v/8832470>

2 *Tele-solidariedade em família é um programa transmitido nas tardes de sábado da tv globo: um estudo sobre o Caldeirão do Huck e o Estrelas Solidárias*. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7564/16353>.

3 Ver <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/apenas-28-das-casas-do-brasil-nao-tem-acesso-a-televisao-diz-pesquisa-do-ibge>

É deste lugar que nasce este artigo. Dialogamos – embora brevemente, devido ao escopo do escrito – a respeito de uma experiência pedagógica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como estratégia acadêmica da elaboração de um curso que se transformou em livro, buscando contribuir com a luta antirracista, através de um currículo afrocentrado para a formação docente. Ou seja, aquele em que africanos em África e na diáspora possam ser apresentados como construtores de sua própria história. Este texto então, pretende falar do processo de construção do livro, passando por sua organização inicial como um curso de extensão. Dialogaremos, também sobre a participação de oito professoras doutoras negras, duas ativistas do movimento de mulheres negras e várias estudantes, em todo o processo, até o seu retorno à Duque de Caxias. Para a escrita deste artigo, nos valeremos da metodologia da autoetnografia.

## Elaborando a partir da autoetnografia negra feminista

A autoetnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa em que a etnografia, a biografia e a autoanálise são combinadas com dados fornecidos pelo contexto em que se dá a pesquisa. O que permite um entendimento sobre a relação entre o *self* e o ambiente social pesquisado. Para tal, faz uso dos dados e do contexto em que está inserido de forma a promover uma conexão entre este e os outros. É uma metodologia onde o (a) pesquisador (a) está como o centro da investigação reunindo em si, o sujeito e o objeto. Ou seja, tanto pesquisa como é pesquisado (a). Assim, a pesquisa é posicionada como uma extensão da vida do (a) pesquisador (a) e está diretamente conectada aos interesses, visões de mundo, experiências de vida e questões inerentes à familiaridade de quem pesquisa.

Três são os principais aspectos a serem considerados, no desenvolvimento de uma autoetnografia: a metodologia – que segue os passos de uma etnografia – depois uma direta conexão que relaciona diretamente quem pesquisa com o que é (ou quem é) pesquisado (a) e em terceiro lugar os fenômenos sócio culturais inseridos no contexto da investigação (Alves Santos, 2017). Assim sendo, uma das principais características da autoetnografia é o lugar de

relevância tomado pela experiência do (a) pesquisador (a). Portanto, o olhar de quem pesquisa irá objetiva ou subjetivamente selecionando as atenções dadas ao que se pretende analisar. Logo, a narrativa pessoal do (a) pesquisador (a) – ao lado de suas escolhas sócio políticas – dará rumo ao desenvolvimento do estudo. Neste sentido, a autoetnografia pode ser utilizada para “*dar voz para quem fala e em favor de quem se fala*” (Alves Santos, 2017, p. 4).

Nesta direção, de acordo com Blanco (2012) autoetnografia concentra-se no fato de possibilitar uma reflexão epistemológica, uma vez que oferta avenidas pelas quais se possa prover e repassar conhecimentos diversos. A difícil determinação da linha que estabelece o início e o fim das funções de investigador (a) com a de investigado (a) provoca críticas por parte de pesquisadores (as) que adotam uma linha mais identificada com o ideário de uma neutralidade científica. O que nos permite entender que é um método que se distingue de outros notadamente por três diferentes características, uma vez que é auto-focado, amplia o lugar a ser dado ao contexto e, sobretudo dá-se de forma qualitativa (Ngunjiri *et al.*, 2010).

O nascimento desta metodologia ocorreu, notadamente, a partir dos anos setenta e oitenta e foi inicialmente aplicada aos estudos de grupos em que o (a) investigador (a) estivesse diretamente inserido (a). Desde lá, após passar por diferentes mudanças, a autoetnografia hoje dá oportunidade para que as experiências de quem investiga possam ser analisadas dentro de um contexto sócio cultural. Autoetnógrafos (as) adotam diferentes formatos em suas investigações. Alguns se debruçam sobre experiências pessoais e há quem insira as reflexões sobre outros (as) em suas pesquisas.

Assim, esta metodologia se faz presente e estabelece uma interface com a ambiência do (a) pesquisado (a) em diálogo direto com quem realiza os estudos, que é ele (a) mesmo (a). O que o (a) transforma em leitor (a) de sua própria história. O (a) pesquisador (a) autor (a) torna-se portanto, o centro da investigação como sujeito. É quem conduz a pesquisa. Ao mesmo tempo, atua como objeto, ao ser quem participa e é alvo da investigação. Vimos abordando sobre a autoetnografia como uma metodologia de análise,

possível para se abordar as de trajetórias de mulheres negras (Euclides y da Silva, 2019, p. 10).

Por seu turno, a autoetnografia negra feminista (BFA, na sigla em língua inglesa), de acordo com Rachel Alicia Griffin (2012), é uma metodologia através da qual mulheres negras acadêmicas podem se utilizar – de forma crítica e analítica – como voz e resistência, ao lado da problematização da presença do racismo, bem como do sexismo nos seus cotidianos. Portanto, como lembra Salters (2016), “a autoetnografia negra feminista é uma pesquisa etnográfica que enfatiza e dá relevância ao ponto de vista das mulheres negras, no desenvolvimento de entendimentos culturais e no enfrentamento às opressões de raça, gênero e classe” (p. 33). A mesma autora lembra então, que mediante o fato de que mulheres negras têm sido historicamente silenciadas e reprimidas, a autoetnografia negra feminista (Black Feminist Autoethnography (BLFA) empresta voz às emudecidas e permite que haja uma redefinição destas como agentes de saber e conhecimento.

Por conseguinte, a autoetnografia permite conduzir uma escrita em que podemos nos fazer audíveis e oferecer oportunidades de expressão às experiências e saberes de mulheres negras contribuindo para que se façam amplificadas para um público mais dilatado. Pode ser uma oportunidade de se dialogar a respeito dos racismos, sexismos e diversas formas de opressões sofridas. Mas também, um lugar de compartilhar experiências exitosas e metodologias de enfrentamento e de produção de conhecimentos. Trata-se de uma forma que percebe a investigação como um ato político e social, ao lado de ser socialmente consciente.

Neste sentido, a (Black Feminist Autoethnography BFA é uma metodologia que abarca uma práxis teórico – metodológica onde o pensamento feminista negro é agregado como base analítica nas quais as questões de gênero, raça classe e as influências sócio histórias são reunidas para o desenvolvimento da pesquisa. A escrita e a vivência dialogam com um contexto amplo e desafiador onde o individual perpassa um coletivo de múltiplas experiências e interpretações. Deste modo, tornou-se viável que as questões de identidade política e acontecimentos anteriormente silenciados, ao lado de formas de representação diversas,

viesses a ser visibilizados no fazer investigativo. Esta metodologia nos subsidia na elaboração deste artigo.

## O nascimento do mini curso

Este colóquio recomenda que o governo brasileiro inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior. (Nascimento, 2016, p. 172)

Esta fala do referente e histórico ator, ativista e senador negro brasileiro, no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac/Fesman) em Lagos, Nigéria – de 15 de janeiro a 12 de fevereiro de 1977 – dá a dimensão do longo processo de luta dos afro-brasileiros, no sentido de influenciar nos currículos dos diferentes momentos de formação dos estudantes. Torna-se imperativo entendermos que os currículos não são documentos fixos. Podem ser diretamente influenciados por finalidades presentes no momento social de sua concepção. Nesta dimensão, se constituem como locais de disputa de interesses políticos sociais encabeçados por diferentes agentes.

Entre as advertências de Abdias do Nascimento, no final dos anos setenta e os dias atuais, é longa – e ainda por ser propriamente pesquisada – a lista de iniciativas encabeçadas pelos movimentos sociais negros, no sentido de africanizar os currículos. Do ponto de vista institucional – que influenciaram diretamente as políticas públicas educacionais brasileiras – podemos elencar dois adventos como demarcadores de mudança deste quadro, no Brasil. O primeiro deles, a Terceira III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, África do Sul (31 de agosto a 7 de setembro de 2001) e depois a Lei 10.639/03. O documento final do evento internacional que contou com ampla e massiva participação do movimento negro brasileiro, assim se expressava a esse respeito:

118. Insta as Nações Unidas, outras organizações internacionais e regionais e os Estados a compensarem a minimização da contribuição da África para a história do mundo e da civilização através do desenvolvimento e implementação de programas de pesquisa, educação

e comunicação de massa abrangentes e específicos para disseminarem de forma ampla uma visão equilibrada e objetiva da importante e valiosa contribuição da África para a humanidade. (ONU, 2002, p. 64)

Um dos legados daquele efervescente momento de participação da sociedade brasileira, na luta antirracista foi a promulgação da Lei 10.639/03 que fala da obrigatoriedade do ensino de História africana e cultura afro brasileira, para os ensinos fundamental e médio. O texto legal contribuiu para deixar à mostra algumas fraturas do sistema educacional brasileiro. Tínhamos agora, uma determinação que deveria influenciar diretamente os currículos, mas, carecíamos de um número massivo de professores formados sobre o tema e prontos a ministrar tais conhecimentos e conteúdos. Iniciaram-se — e ainda seguimos neste mister, mais de uma década depois — as inúmeras atividades de formação continuada para professores, gestores, autoridades públicas e diferentes agentes atuantes na Educação. É nesta ambiência que o curso sobre o qual estamos abordando, toma corpo. Configurava-se como mais uma contribuição na constituição de uma epistemologia antirracista, na seara educacional.

Tínhamos uma experiência, no ano anterior (2017) de realizar um outro mini curso, com uma temática mais ampla, sempre aproveitando a oportunidade de enegrecer os currículos e as reflexões teóricas. Nossa primeira oportunidade foi então denominada "Racismo: para uma descolonização do Pensamento Social Brasileiro". Neste segundo (2018), "O pensamento de / por mulheres negras" desejávamos fazer uma sucessão de reflexões apoiadas nas leituras de professoras doutoras negras, a respeito de diferentes pensadoras em diversas áreas.

Objetivávamos elaborar sobre as reflexões de mulheres negras brasileiras, latino americanas, estadunidenses e africanas, em diferentes tempos sócio históricos. Era nosso desejo contribuir com a ampliação de referenciais teóricos na área dos estudos de gênero e relações raciais. Para esta tarefa, convidamos seis acadêmicas (sete comigo). O pedido era para que definissem alguma pensadora e que organizassem uma aula sobre a escolhida. Os encontros deram-se às segundas feiras, sempre pela manhã, uma

vez que as aulas dos alunos da Educação do Campo, curso ao qual estou ligada, ocorrem à tarde.

Foi necessária uma complexa logística para garantir a presença das convidadas no campus da UFRJ, num horário tão cedo pela manhã, devido à sua localização — bem como das residências de cada uma das professoras — em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado. Passamos por lidar com a burocracia do serviço público federal de liberação de transporte para buscar e levar as professoras. Tivemos que entregar documentação de solicitação, aos diferentes setores e pessoas a serem contatadas para cada dia de encontro, além da incerteza, durante todo o fim de semana, se o carro chegaria a tempo para buscar cada ministrante em sua residência. Enfrentamos também a ausência de cuidado do motorista em lidar com professoras mulheres negras. Ou seja, muitas vezes referindo-se a elas como se amigas fossem esquecendo-se das liturgias que as hierarquias dos cargos costumam exigir,<sup>4</sup> nestes ambientes.

Mas, tudo acabava sendo recompensado pela alegria e felicidade estampada nos olhares dos (as) estudantes ao final de cada encontro e pela sofisticação acadêmica dos debates e perguntas, durante as aulas. O curso era aberto à comunidade. O que significa dizer que além dos alunos do Curso de Educação do Campo, também professores das redes públicas e privadas de diferentes cidades e a comunidade ruralina em geral, integravam o grupo de participantes. Ao final dos encontros, certificamos quase cem pessoas. Assim ficou configurado o curso:

4 Algumas professoras queixaram-se de ter sido expostas a relatos pessoais de vida amorosa do motorista, insinuações e olhares sensualizados, bem como um tratamento que pressupunha uma intimidade ou amizade que jamais existira. Ou seja, a eterna subjetividade de que mulheres negras somos todas de fácil alcance. Certamente, estas e outras situações causavam desconforto considerando que todas as viagens tinham duração de mais de uma hora.

## Quadro 1.

| Palestrantes                                     | Mini biografias das pensadoras                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Profa. Dra. Joselina da Silva (UFRRJ)            | Pedrina de Deus — Paraense. Nasceu em 1950. Formada em Comunicação Social. Ativista, publicitária e professora universitária. Nos anos 70, dirigiu o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e criou o Remune (Reunião de Mulheres Negras Aqualtune), ambos no RJ.                          |
| Mesa redonda com                                 | Clátia Regina Vieira (Fórum Estadual de Mulheres Negras)<br>Samira Reis Marques da Silva (Hub das Pretas)                                                                                                                                                                                             |
| Profa. Dra. Janaina Damasceno (FEBEF/UERJ)       | Virgínia Leone Bicudo — Paulistana nascida em 1910. Psicanalista e socióloga. Primeira pessoa a escrever uma tese sobre relações raciais no Brasil, inaugurando, na academia, o debate sobre racismo, em 1945.                                                                                        |
| Profa. Dra Thula Rafaela de Oliveira Pires (PUC) | Ochi Curriel — nascida em 1963, na República Dominicana. Teórica feminista, cantora e antropóloga social. Integrou a comissão do Primeiro Encontro de Mulheres Negras de América Latina e do Caribe (1992). Professora universitária no México e posteriormente na Colômbia.                          |
| Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ)      | Isabella Baumfree— (pseudônimo Sojourner Truth). Estadunidense, nascida em 1797. Abolicionista e ativista dos direitos da mulher.                                                                                                                                                                     |
| Profa. Dra. Rosália de Oliveira Lemos (IFRJ)     | Lélia Gonzales— Mineira, nasceu 1935. Ativista e professora universitária. Dedicou-se às pesquisas sobre a temática de gênero e etnia. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU).                                                                                                         |
| Profa. Dra. Cláudia Miranda (Unirio)             | Oyeronke Oyewumi — Nigeriana nascida em 1957. Prêmio da seção de Gênero e Sexo da Associação Americana de Sociologia (1998). Atualmente é professora na Universidade Estadual de Nova York. Ministra aulas sobre gênero, globalização e teoria feminista.                                             |
| Profa. Dra. Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)      | Zora Neal Hourston—Estadunidense, nascida em 1891. Escritora, antropóloga e folclorista, destacando-se também na história cultural.<br>bell hooks — Estadunidense, nascida em 1952. Ativista, escritora e professora universitária. Discute sobre raça, classe, gênero arte, sexualidade e feminismo. |
| Profa. Dra. Fernanda Felisberto da Silva (UFRRJ) | Carolina Maria de Jesus — Mineira nascida em 1917, cursou apenas as duas primeiras séries escolares. Aos 46 anos, tornou-se a primeira escritora negra de sucesso, com o livro "Quarto de Despejo".                                                                                                   |

Elaborado pelas autoras.

Entendemos que as teorias elaboradas por mulheres negras no interior dos espaços acadêmicos dialogam diretamente com o processo de organização e reivindicação constituído pelas que estão organizadas em diferentes movimentos sociais. Assim sendo, demos abertura ao curso com a participação de duas ativistas negras de diferentes gerações que nos provocaram complexas e atentas reflexões numa mesa redonda intitulada "Mulheres negras nossas lutas e pensamentos atuais". As palestrantes foram Clátia Regina Vieira de longa experiência no movimento social e integrante do Fórum Estadual de Mulheres Negras. Junto a ela estava Samira Reis Marques da

Silva representando um grupo de jovens denominado Hub das Pretas.<sup>5</sup>

## O pensamento das pensadoras

Ao final das aulas, passamos a receber convites e reivindicações para repetir a experiência em diversos outros espaços, tanto acadêmicos como nos movimentos sociais. Neste sentido, é referente afirmar que toda a participação das professoras, ativistas e estudantes colaboradoras se deu de forma voluntária. Ou seja, retirando horários de suas já completas e

5 Para mais informação ver <https://ibase.br/pt/tag/hub-das-pretas>

complexas agendas e dedicando quase todo o dia (entre ida e regresso do distante campus universitário), além das horas de trabalho na elaboração das aulas. Certamente, que não nos sentíamos confortáveis para solicitar-lhes ainda maior dedicação.

Decidimos, então, transformar num livro, todo aquele ensinamento compartilhado por cada docente. Novas carta convite e formulação sobre o formato do texto foram emitidas. Ampliamos o convite para mais outras duas professoras (Sandra Haydée Petty e Sonia Maria Santos). Como forma de valorar a participação estudantil, convidamos uma das alunas colaboradoras (Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira) a entrevistar uma das ativistas da mesa redonda: Clátia Vieira. E assim, num prazo de cerca de oito meses, nasceu o livro com o mesmo nome do curso em tela. Importante informar que foi uma obra financiada por cada uma das autoras. Nos cotizamos e pagamos em quatro vezes mensais, o valor total para mil exemplares.

A Editora Nandyala, uma das poucas editoras negras no país, nos pareceu a interessante opção. Convidamos a Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nilma Lino Gomes, para prefaciá-lo; A referida acadêmica, muito atentamente elaborou um belo texto para abrilhantar nossos escritos. O posfácio ficou a cargo de Valdecir Nascimento que é coordenadora executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB). O conteúdo de cada texto foi desenvolvido pelas professoras doutoras, a partir de seus olhares a respeito das autoras estudadas.

A mais antiga das pensadoras que estudamos foi Sojourner Truth (nascida em 1797, na cidade de Swartekill, Estado de Nova Iorque, foi nomeada Isabela Baumfree). Seu pensamento foi analisado por Jaqueline Gomes de Jesus que é doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)<sup>6</sup>. A pensadora adotou o nome Sojourner Truth que significa, literalmente, verdade viajante, Sojourner propicia pensar as muitas formas de ser mulher,

num diálogo direto com o transferminismo. Assim, o texto é uma fala precursora do feminismo negro, embora seu pensamento ainda siga pouco conhecido.

O ano de 2020, marca os sessenta anos do livro *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus, escritora negra brasileira, cujo pensamento nos foi apresentado por Fernanda Felisberto da Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que é Doutora na área de Literatura Afro-Americana e negro-brasileira e tem larga atuação no mercado editorial brasileiro.<sup>7</sup> A escritora está entre os primeiros livros recebidos pela professora, ainda na juventude, como um presente materno, que seguiu em sua vida como uma tese de doutorado. Carolina Maria de Jesus, constituiu uma literatura autoral sobre a qual tem havido um maior interesse dos(as) estudiosos(as). Neste artigo, as reflexões sobre o pensamento de Carolina concentraram-se nas obras *Diário de Bitita* e *Quarto de Despejo*.

Uma das referências intelectuais negras brasileiras, dos anos oitenta e noventa, foi Lélia Gonzalez. Marcou sua trajetória no ambiente acadêmico, na política partidária e nos movimentos sociais negros e de mulheres negras. E foi neste último onde a Profa. Dra. Rosália de Oliveira Lemos – do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) que é Doutora em Política Social. Autora da primeira dissertação sobre Feminismo Negro no Brasil (1997)<sup>8</sup> – conviver com Lélia Gonzales, no ativismo da luta antirracista e anti sexista. A construção dos escritos e reflexões de Lélia Gonzales foi em diálogo direto com sua práxis, ao descrever situações de opressões impostas pelo racismo. Gonzalez se propunha a criticar o neocolonialismo e o capitalismo e sua ação contra as pessoas negras na América Latina. O texto ressalta ainda que Gonzalez foi criadora das categorias *pretoguês* e *amefricanidade*.

O pensamento de Sobonfu Somé foi contextualizado a partir das ideias desenvolvidas no livro *Espirito da Intimidade*, por Sandra Haydée Petit – Doutora em Ciências da Educação. Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora do NACE – Núcleo das Africanidades Cearenses – que cunhou um encontro fictício numa roda de conversa com a

6 Para maiores informações, veja: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

7 Ver <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

8 Ver <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

autora. Desta forma, nos transporta para sua presença e nos fala dos espíritos dos ancestrais. Petit centrou-se em expor as análises de Somé no que se refere à ancestralidade e à comunidade. Resgata críticas ao amor romântico, quando apresenta suas reflexões sobre a intimidade compartilhando aspectos culturais da etnia Dagara.

Os pensamentos de duas referenciais intelectuais afro-estadunidenses foram compartilhados por Sônia Beatriz dos Santos — da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que é Ph.D. em Antropologia Social com especialização em Diáspora Africana<sup>9</sup> — com destaque de que há interseção entre as reflexões de Zora Neale Hurston e bell hooks. Ao abordar suas trajetórias, Sônia Beatriz nos revela que ambas viveram a era *Jim Crow Law* corrente entre os anos de 1876 a 1965. O texto baseia-se em conceitos chaves: os primeiros são os de Collins — *ativismo intelectual* e o segundo é de Fayae Harison de "habilidades aguçadas de estudiosas feministas". Zora Neale Hurston folclorista, antropóloga e escritora, vinculou-se ao *Harlem Renaissance* (Renascimento do Harlem). Por sua vez, bell hooks filósofa, escritora, artista, feminista e ativista social é registrada como Gloria Jean Watkins. Grafa seu nome em letras minúsculas como uma forma de se contrapor aos contratos linguísticos e acadêmicos.

A autora Thula Rafaela de Oliveira<sup>10</sup> — docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e doutora em Direito — dedicou-se a elaborar sobre o pensamento da Latinoamericana e pensadora decolonial, Ochy Curiel. A autora destaca as múltiplas formas de produção de conhecimento, para além da escrita acadêmica e comunga com as ideias do feminismo decolonial. De acordo com Pires (2018), Ochy Curiel assume a defesa do feminismo autônomo na articulação de mulheres latino-americanas e caribenhas. Suas bases epistemológicas surgem do ativismo nos movimentos sociais. Assim, sendo, segundo a autora, o feminismo decolonial carrega em si, um novo olhar sobre Abya Yala onde o etnocídio histórico é percebido como fundante do projeto ocidental moderno e colonial.

Já Sonia Maria Santos — doutora em Letras Vernáculas, Diretora Pedagógica, Investigadora Científica e Assessora da Reitoria da Universidade Lusófona da Guiné Bissau — nos apresentou uma análise que mescla informações históricas e aquelas produzidas pelas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, através de duas autoras, sendo uma guineense e outra cabo-verdiana. A autora foi apresentada a Cabo Verde, a partir das leituras dos textos de Dina Salústio (Bernardina de Oliveira). O país é uma sociedade com a presença das culturas africanas manjacas, papéis, fulas, mandingas, sossos, dentre outras. Todas representadas no texto de Dina Salústio, onde o fato de estarem numa ilha, lhes empresta singularidade. Sonia Maria Santos, à época do artigo, vivia em Guiné Bissau. É deste misto de pesquisadora e residente que se dedica a ler Domingas Sarny cujos pensamentos propiciam um mosaico étnico do país, apontando a migração, colonização, as guerras e os grupos populacionais de origens diversas.

A pensadora nigeriana Oyèronké Oyewùmí nos foi apresentada pela profa. Cláudia Miranda, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UniRio), pós-doutora em Psicossociologia de Comunidades bem como leciona no Curso Internacional Estudos Afrolatinoamericanos y Caribeños Pensar América Latina y el Caribe es pensar la raza do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso).<sup>11</sup> No artigo, somos informados de que nascida na Nigéria em 1957, Oyèronké Oyewùmí fez parte do grupo de estudantes africanas/os que se rebelou contra a hegemonia dos pensamentos coloniais. Oyèronké Oyewùmí está entre as pensadoras africanas mais reconhecidas, embora ainda pouco estudada, na América Latina. Os estudos pós-coloniais e decoloniais podem ser adentrados pelas mãos da autora quando nos apresenta uma compreensão da Cultura Yoruba e suas interfaces. Assim, a socióloga nigeriana pensa e nos leva a pensar sobre os discursos de gênero numa perspectiva distante de um padrão eurocentrado.

Sempre objetivando trazer à luz o protagonismo das mulheres negras dentro e fora dos âmbitos acadêmicos, convidamos a aluna de Graduação do

9 Ver <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

10 Ver <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4760110U8>

11 Ver <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

curso de Educação do Campo, Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira para entrevistar uma de nossas convidadas da mesa redonda, sobre a organização de mulheres negras: Clátia Vieira — Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro— que havia proferido uma palestra no mini curso de extensão. Foram realizadas perguntas sobre a trajetória de ativismo de Clátia, que inicia como presidente da Associação de Moradores do Morro da Coroa em Santa Tereza, região central da Cidade do Rio de Janeiro. Entre outras reflexões, Clátia depõe sobre o desafio constante diante do qual está o movimento de mulheres negras, que é de atrair mulheres negras não ativistas. Ou seja, aquelas que vivem e atuam nas comunidades periféricas.

Eu, Joselina da Silva — pós doutora em Ciências Sociais pela Pontificia Universidad Católica del Peru (PUCP), coordenadora do Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais Gênero e Movimentos sociais (N'BLAC) — por minha vez, escrevi sobre Pedrina de Deus que foi uma referente ativista do movimento de mulheres negras, dos anos setenta e oitenta, no Rio de Janeiro. Seu pensamento, presente nos jornais da comunidade negra, daquelas décadas, seguem referenciais na atualidade. Trazem admoestações ao feminismo, bem como ao movimento negro, da época.

## Pensares conclusivos

A luta dos movimentos sociais negros pela presença dos estudos e reflexões sobre a população afro-brasileira, nos currículos escolares, toma lugar mediante os tradicionais estudos em que europeus e seus descendentes tem sido aqueles sobre os quais as histórias são comumente relatadas a estudantes de todas as regiões do país. Embora, mais de cinquenta por cento de sua população brasileira seja afrodescendente. Um currículo constituído a partir de um referencial africanizado considerará que a humanidade nasce na África e portanto, dá-se ali o berço das ciências e dos pensamentos. Por conseguinte, as produções de intelectuais africanos (as) e da diáspora, devem ser incorporados na formulação de planos de estudos, nas mais diferentes áreas e níveis de formação.

Reiteramos, o já afirmado neste texto, que as reflexões teóricas elaboradas por e sobre mulheres negras nascem diretamente dos saberes, ações e análises forjadas no seio dos movimentos sociais de mulheres negras. Muito ainda há que ser concretizado, para que que nos currículos afrocentrados, as questões de gênero e raça se interseccionem. Os conhecimentos produzidos e elaborados por mulheres negras ainda seguem ocupando diminuto espaço nos estudos de diferentes áreas. Nosso intento, ao apresentar esta experiência, foi colaborar com os estudos sobre mulher e ciência, numa perspectiva antirracista e anti sexista.

Para a maioria dos (as) estudantes era a primeira vez que se aproximavam das autoras abordadas. As perguntas giravam, em grande parte, sobre a vida das pesquisadoras e as múltiplas interpretações a respeito suas obras. Dúvidas que eram atentamente esclarecidas pelas professoras. Todas estudiosas de longa data, de cada uma de suas apresentadas. Havia um acentuado interesse em saber como a trajetória pessoal de cada uma influenciava a construção de suas reflexões. Outro ponto importante nos debates, durante as aulas, foi a percepção de que o pensamento das mulheres negras é produzido, dentro e fora dos ambientes acadêmicos.

Houve também um grande interesse em aprofundar as leituras e estudos apresentados no curso. Uma das reflexões mais presentes foi o debate — a partir de cada autora — sobre como o racismo e o sexismo se fazem presentes nas diferentes instâncias das vidas das mulheres. Este é um debate a ser incorporado e desenvolvido por diversas áreas do conhecimento.

Neste sentido, um dos argumentos mais importantes surgidos durante a realização do curso foi perceber que ainda há uma grande ausência nos currículos educacionais sobre a contribuição epistemológica produzida por mulheres negras. O que provoca uma falha na formação de docentes e estudantes sobre as questões relativas às diferentes sociedades, a partir do olhar e análise das mulheres. Em consequência, estudantes brasileiros terminam a sua formação sem terem tido acesso às complexas discussões propostas por mulheres negras em África e na diáspora.

Refletimos que o mini-curso intitulado: *O Pensamento de/por mulheres negras* possibilitou o encontro dos pensares afrodiaspóricas a partir das ações e atuações de experiências individuais ou coletivas de mulheres negras. Nesta perspectiva, os encontros permitiram que suas histórias e trajetórias fossem compartilhadas. Estudar e dialogar com as histórias de vida, lutas políticas e produção de conhecimento a partir de suas contribuições possibilitou que o curso se tornasse um espaço de resistência e acolhimento na universidade pública.

Assim, buscamos demonstrar uma experiência de criação de um curso e a publicação do livro *O pensamento de/por mulheres negras* oportunizada pela parceria entre mulheres negras professoras doutoras, ativistas e estudantes. Todas, embora atuando em diferentes instituições e âmbitos, tornaram esta oportunidade possível, mediante uma parceria e um compromisso com a educação e por verem nela um dos caminhos fartos para uma sociedade sem opressões. Foi, portanto, um trabalho elaborado por muitas mãos e vozes lideradas por Soujourner Truth ao questionar — durante uma Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, em 1851 — “E eu não sou uma mulher?” e que hoje se materializa nas mãos de Dona Maria Chocolate, num bairro periférico, na cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, onde nasci.

## Referências

- Alves Santos, S. M. (2017). O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 24, 214-241. <http://www.periodicos.usp.br/plural/article/view/113972>
- Blanco, M. (2012). ¿Autobiografía o autotetnografía? *Desacatos*. [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt==%2C5&aq=Auto+biografia+ou+autoetnografia+Mercedes+Blanco&btnG](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt==%2C5&aq=Auto+biografia+ou+autoetnografia+Mercedes+Blanco&btnG)
- McClaurin, I. (2012). *Black feminist auto/etnography that makes you want to cry*. <http://irmamcclaurin.com/black-feminist-auto-ethnography-that-makes-you-want-to-cry/>
- Euclides, M. S. y Da Silva, J. (2019). Dialogando autoetnografias negras: interseccoes de vozes, saberes e practicas docentes. *Praxis*, 15(32), 33-52. <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5042>
- Griffin, R. (2012). I am an angry black woman: Black feminist autoethnography, voice and resistance. *Women's Studies in Communication*, 35(2), 138-157. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/07491409.2012.724524?s-croll=top&needAccess=true>
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva.
- Ngunjiri, F., Hernandez, K. y Chang, H. (2010). Living Autoethnography: connecting life and research. *Journal of Research Practice*. [https://www.researchgate.net/publication/49611592\\_Living\\_Autoethnography\\_Connecting\\_Life\\_and\\_Research](https://www.researchgate.net/publication/49611592_Living_Autoethnography_Connecting_Life_and_Research)
- Oliveira, I. (2015). *Negritude e universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares*. Alternativa.
- ONU. (2002). Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Fundação Cultural Palmares.
- Salteras, J. (2016). *Touching paranoia: A black feminist autoethnography on race, desire and erotic massage*. [https://www.researchgate.net/publication/316095055\\_Touching\\_Paranoia\\_A\\_Black\\_Feminist\\_Autoethnography\\_On\\_Race\\_Desire\\_And\\_Erotic\\_Massage](https://www.researchgate.net/publication/316095055_Touching_Paranoia_A_Black_Feminist_Autoethnography_On_Race_Desire_And_Erotic_Massage)
- Silva, J. y Pereira, A. M. (2013). *Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Fundação Cultural Palmares-MinC.
- VA, Keneipp y RF de Moraes (2019). *Revista Observatório*. sistema.uft.edu.br.

## Diálogo del conocimiento

El artículo "Auto etnografía negra feminista: uma experiência educativa de pensadoras negras", que nos comparten Joselina Da Silva y Fabrícia Do Nascimento, constituye un gran aporte epistemológico sobre el pensamiento de mujeres negras acerca de los estudios de relaciones raciales, de género, luchas antirracistas y antisexistas; al tiempo, se consolida como una joya que permite dar voz, identidad y reconocimiento a la construcción y significado de la propia historia de vida de estas mujeres. El texto se nutre de una narrativa cálida y reflexiva en la que el lector se involucra en el paso a paso de una propuesta pedagógica, que nace de la construcción y organización de un currículo afrocentrado en el que africanos(as) en África y en la diáspora se presentan como constructores de su propia historia, y que se consolida en el libro *El Pensamiento de/por Mujeres Negras*, gestado en un curso de extensión y producto de las reflexiones de vida, resistencia y lucha de ocho mujeres negras académicas. El libro ha ganado un espacio en televisión y también ha llegado a manos de personas que crecieron o viven en el mismo barrio de una de las autoras del artículo, lo que constituye un logro más frente a la lucha individual y colectiva contra la opresión racial y sexista; pues permite que muchas mujeres se identifiquen con las historias de vida y las experiencias de las mujeres negras que a través de las letras nos hablan y comparten sus vivencias, emociones, construcciones epistemológicas y ontológicas. En ellas es posible reconocerse como mujeres negras brasileñas, latinoamericanas, americanas y africanas que en medio de una problemática tan cotidiana, como el racismo y el sexismo, se han fortalecido en la producción de conocimiento y en la construcción de reflexiones que permiten contribuir a los estudios sobre la mujer y la ciencia bajo una óptica antirracista y antisexista. Al finalizar el artículo, el lector queda con la motivación de tener en sus manos el libro que hace parte de la historia de vida de mujeres negras, únicas y maravillosas.

María Juliana Beltrán Castillo